



**A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA UFPB: UMA
VIA PARTICIPATIVA PARA O PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFPB: UMA VIA PARTICIPATIVA PARA O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

*Cleonice Nogueira**

*Márcia Emília Rodrigues Neves***

*Darci Lacerda Pessoa****

RESUMO

Este trabalho aborda as condições em que se desenvolve o projeto de formação do assistente social na UFPB. Sua viabilização enfrenta desafios postos pelo embate teórico e pelas transformações societárias, comprometendo a qualidade do processo de formação e as bases de materialidade da profissão. Os avanços e tensionamentos na sua implementação são manifestados por docentes e discentes através desta pesquisa, cujos resultados revelaram avanços teóricos e necessidade de capacitação continuada; apontaram dificuldades inerentes às condições estruturais da Universidade, à relação didático-pedagógica e à organização dos conteúdos das disciplinas e destacaram dificuldades de leitura, de identificar os reflexos das mudanças societárias sobre a profissão e a insegurança no exercício profissional. Esses são desafios para a consolidação do projeto de formação profissional.

*CLEONICE NOGUEIRA é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos e Práticas do Serviço Social (SEPESS/PPGSS/UFPB).

**MÁRCIA EMÍLIA RODRIGUES NEVES é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos e Práticas do Serviço Social (SEPESS/PPGSS/UFPB).

***DARCI LACERDA PESSOA é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos e Práticas do Serviço Social (SEPESS/PPGSS/UFPB).

Palavras-chave: Formação profissional. Assistente social. Projeto político-pedagógico.

Este artigo trata das condições objetivas e subjetivas de desenvolvimento do Projeto Político-pedagógico de formação acadêmica do assistente social na UFPB. Sua realização expressa estreita vinculação ao projeto profissional mais amplo em vigência no Serviço Social Brasileiro - Projeto Ético-político do Serviço Social - fruto de uma construção coletiva ao longo de mais de três décadas de organização e luta da categoria. Em âmbito nacional, o referido Projeto elege os valores, princípios e objetivos que legitimam socialmente a profissão, bem como formula os requisitos teóricos e práticos para o seu exercício, estabelecendo as balizas de sua relação com o público usuário dos seus serviços, com outras profissões e organizações institucionais (NETTO, 1999, p. 95).

O projeto profissional ora afirmado - objeto de permanente e intenso processo reflexivo - vincula-se a um projeto societário

democrático e se consubstancia por um direcionamento ético-político apoiado em um debate plural e sintonizado com o embate teórico no interior da categoria dos assistentes sociais, com a faculdade de realizar interlocução com outros atores profissionais. No entanto, sua direção e a expressão paradigmática na qual ele se apóia nem sempre expressam a racionalidade representativa do pensamento e dos interesses do bloco histórico dominante, nem se encontram em consonância com seu projeto de desenvolvimento nacional, como também não representam, necessariamente, a expressão da concordância do conjunto dos assistentes sociais que compõem a categoria profissional. Combinados, esses fatores lhe conferem amplos e significativos desafios.

Assim, a viabilidade desse Projeto enfrenta limites e desafios diante das mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais em curso, que moldam a realidade

presente e instituem novos parâmetros e exigências às competências profissionais, comprometendo, indubitavelmente, a qualidade da formação e do exercício profissional.

A formação, o exercício profissional e o contexto social, no qual estão situados os profissionais, guardam uma relação intrínseca de múltiplas e recíprocas determinações, cuja dinâmica exige atenção para aspectos como: a política de formação das agências acadêmicas na construção do perfil do profissional, os resultados desse processo no exercício prático da profissão e os efeitos das mudanças sócio-políticas e econômicas, operadas nas formas de produção e reprodução da sociedade capitalista, tanto no processo de formação quanto no de desenvolvimento das atividades profissionais.

Portanto, a política de formação de uma categoria de profissionais, em qualquer instituição acadêmica, submete-se a um conjunto de fatores, dos quais se destacam as determinações advindas do projeto societário hegemônico, das forças políticas e econômicas presentes no contexto do país e do pensamento ideopolítico pelo qual se orientam os atores profissionais envolvidos nesse projeto de formação. Logo, a compreensão da proposta de formação profissional do assistente social supõe situá-lo frente a essas determinações sócio-históricas da sociedade brasileira e ao embate processado no interior da categoria, seja no espaço acadêmico, seja no profissional.

Nesse sentido, os processos de mudanças políticas, sociais e econômicas da sociedade brasileira, sobretudo, os constitutivos das políticas sociais, oferecem as condições objetivas tanto para se compreender a forma particular de inserção da profissão na sociedade quanto para apreender as construções no campo da formação. Esses elementos constituem processos sociais e de formação profissional com uma longa história de vinculação ao padrão capitalista de desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, e, especialmente, durante o período da ditadura militar, a política educacional brasileira adquire uma importância

estratégica para implementar e consolidar projetos governamentais, particularmente no âmbito do ensino superior. Nesse patamar, foi construído um modelo de universidade e um sistema de ensino que enfatizaram o objetivo de colocar a produção de conhecimento a serviço de seu projeto desenvolvimentista e o processo de formação acadêmica a serviço da qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, funcionando, portanto, como elemento fomentador do processo produtivo.

Essa realidade adquire contornos mais precisos nos anos 90, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394, de 20/12/96), que instituiu a reforma do ensino superior brasileiro e transformou o sistema de educação em um modelo de ensino orientado pela lógica do mercado, numa clara confrontação com a orientação democrática de condução da formação profissional. Esse encaminhamento “[...] expressa a correlação de forças políticas no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade no país, no marco das ‘políticas de ajuste’ de raiz neoliberal, preconizadas pelos organismos multilaterais” (IAMAMOTO, 2000, p. 35).

As medidas definidas na Reforma de Ensino Superior são portadoras de inflexões profundas na realidade acadêmica, pois incidiram sobre a autonomia da universidade brasileira, na produção do conhecimento, na formulação de conteúdos curriculares e na definição da carreira docente, além de introduzir novas modalidades de ensino, vulnerabilizar o seu custeio e fragilizar as possibilidades de controle social, configurando um quadro problemático.

Esse conjunto de medidas que orienta o projeto de universidade do país, numa perspectiva marcadamente mercantil, tem desafiado os que se preocupam com o seu percurso e finalidade, mobilizando-os para o debate e a crítica às estratégias contrárias à lógica democrática e ao seu desdobramento na estruturação dos novos currículos pedagógicos.

No Serviço Social, em face dos rumos imprimidos por essa reforma e demarcando uma postura de resistência democrática, os encaminhamentos processados preconizam uma qualificação acadêmico-profissional distanciada de critérios mercadológicos, assentada em sólidos princípios ético-políticos e consubstanciada em uma capacidade crítica de análise e inserção na realidade social, capaz de formar:

[...] um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando pro-postas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais; [...] dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; [...] desenvolve trabalho coletivo e comprometido com os valores e princípios da ética, dos direitos humanos e do Projeto Ético-Político da profissão (UFPB/PPP, 2003, P. 36).

A reestruturação dos Cursos de Serviço Social, em todo o Brasil, foi pensada pelo conjunto dos docentes, discentes e assistentes sociais, representado por seus órgãos representativos e deliberativos, como: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, hoje ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social); Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Conselho Regional de Serviço Social - CRESS; Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO e Sindicatos de Assistentes Sociais.

Nesse processo, foram priorizadas ações articuladas, visando à construção de um projeto pedagógico que não se limitasse à formulação de um rearranjo curricular, mas que desenvolvesse uma proposta capaz de romper com a dicotomia teoria/prática e situasse o Serviço Social frente à questão social, historicamente tomada como objeto da ação profissional e repensada no contexto contemporâneo das transformações societárias.

Esse projeto parte de uma compreensão de que as mudanças no padrão de acumulação e de regulação social têm redimensionado os espaços e as condições de atuação do assistente social frente às novas demandas postas pela sociedade, cujas respostas exigem desse profissional que, considerando o caráter histórico de sua construção coletiva, expresse o seu exercício profissional, a partir de uma instrumentalidade teórico-metodológica, que torne visível a natureza das relações nas quais intervém e possibilite mover-se com competência em face da polaridade dos interesses presentes.

Seguindo essa perspectiva, o Projeto Político-pedagógico do Curso de Serviço Social foi construído tendo que se basear em referências legais regulamentadoras e paradigmáticas contraditórias: de um lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), orientada pela lógica do mercado; de outro, o Projeto Ético-político da profissão, expresso em seu atual Código de Ética (Lei nº 8662/93), cujo conteúdo manifesta uma clara preocupação e compromisso com os interesses da maioria da população brasileira.

Esse embate produz, como resultado, o que Ferreira (2002) define como desconfiguração das diretrizes curriculares:

A partir (e por causa) das tendências que vêm orientando a política nacional de educação superior, no momento de aprovação das diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001, essas foram esvaziadas da concepção original de formação crítica, presentes nas diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS e pela unidade de ensino em 1996. Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitido em 2001 e 2002 após anos de análises [...] reduziu o projeto pedagógico que contava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS (FERREIRA, 2002, p. 22).

Segundo a autora, as reduções ocorreram na diminuição da carga horária do curso, aligeirando o processo de formação e

suprimindo conteúdos de matérias e disciplinas, esvaziando a formação de sua potencialidade de maior aprofundamento e crítica.

A construção e a efetivação desse projeto de formação profissional foram concretizadas em um momento em que diferentes projetos societários e profissionais põem-se em interlocução, permitindo que os professores e estudantes se apropriassem de conhecimentos acerca das diferentes vertentes de pensamento presentes no confronto entre os paradigmas teóricos que orientam as análises e as práticas sociais. De acordo com Paulo Netto (1999, p. 96),

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional é um universo heterogêneo: os membros da categoria profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origem e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas e políticas variadas etc. A categoria profissional é uma unidade não identitária [...]; nela estão presentes projetos individuais e societários diversos; ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

O autor refere, ainda, que “toda categoria profissional é um campo de tensões e luta, e a afirmação de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições” (NETTO, ano, p. 96). Isso leva à compreensão de que esse debate plural também tem possibilitado a consolidação de sua hegemonia enquanto projeto de formação. Essa proposta é fundada nas demandas de um novo perfil de profissional e na exigência de um novo padrão de serviços sociais postos pelos movimentos sociais, sem, entretanto, deixar de considerar as demandas emanadas a partir das mudanças societárias em curso, sobretudo, as alterações operadas nas relações sociais, cuja compreensão só se obtém na relação sujeito-objeto mediada teoricamente. Tudo isso permite uma ação metodológica em que pesquisa, ensino e extensão são indispensáveis.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo, e não, só executivo (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

A formação profissional é compreendida como uma educação continuada, capaz de desenvolver competências em longo prazo, mediante uma articulação entre segmentos envolvidos no processo, tanto na academia quanto no espaço do exercício prático profissional.

O projeto de formação profissional construído pela ABEPSS é pautado em pressupostos teóricos que explicam o contexto sócio-econômico considerando as relações sociais capitalistas. Busca compreender as formas de inserção da profissão nesse contexto e a dimensão política assumida na reprodução dessas relações, respondendo às demandas das classes sociais presentes no cenário político do país.

Nessa perspectiva, o referido projeto (ABESS/CEDEPSS:1996, p. 60-61) assume como pressupostos que:

- 1 - *O Serviço Social particulariza-se nas relações sociais de produção e reprodução do trabalho e da vida social, com uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.*
- 2- *A relação do Serviço Social com a questão social [...] é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos do seu processo de trabalho.*
- 3- *O agravamento da questão social, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, [...] determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social [...] resultante*

de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento [...] da classe trabalhadora, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4 - *O processo de trabalho é determinado pelas configurações [...] e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado através das políticas e lutas sociais.*

Referendando esses pressupostos, o projeto Político-pedagógico de formação profissional do assistente social da UFPB foi aprovado e implantado em 2003. O conteúdo programático do curso foi organizado e sistematizado de modo que o elenco de disciplinas do currículo constituísse um tripé, cujos três núcleos de fundamentação oferecessem ao formando o conhecimento necessário ao desenvolvimento de competências teórico-práticas, ético-políticas e técnico-operativas, agregando as temáticas que se articulam e se complementam na explicitação dos processos sociais e na interpretação das demandas colocadas pelas classes e pelos seguimentos da sociedade.

O primeiro núcleo, de fundamentação histórico-metodológica da vida social, compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e políticos direcionados à compreensão do ser social como totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais à compreensão da sociedade burguesa, em suas contradições.

O segundo núcleo, de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, dedica seu conteúdo à compreensão da sociedade brasileira, resguardando as características históricas e particulares presentes na formação, no desenvolvimento urbano e rural e as diversidades regionais e locais. Contempla, ainda, a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no intervir das relações sociais e destas com o Estado, abrangendo a dinâmica institucional nas esferas estatal e privada.

O terceiro núcleo, o de fundamentos do trabalho profissional, engloba os elementos constitutivos do Serviço Social no patamar da divisão sócio-técnica do trabalho, resgatando sua trajetória histórica, teórico-metodológica e técnica, os componentes éticos balizadores do exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Essa nova sistematização formadora busca superar as fragmentações detectadas no processo ensino-aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, a partir de experiências concretas no decorrer da formação profissional.

A implementação do novo currículo no Curso de Graduação em Serviço Social da UFPB tem tido como suporte a política de capacitação de docente, o debate interno com os alunos e a avaliação continuada do processo de formação mediante o emprego de uma metodologia condizente com a concepção adotada e com as diretrizes e os princípios orientadores.

Para a sua formulação, concorreram tanto as contribuições dos docentes e discentes quanto aquelas advindas de profissionais delegados pelo Conselho Regional de Serviço Social -CRESS, de modo que a sua construção se constitui como uma tarefa coletiva de professores, estudantes e assistentes sociais.

A participação discente foi organizada por meio de um permanente e qualificado debate que permitiu a esse segmento, na sua amplitude, tomar conhecimento das discussões sobre a reformulação curricular.

A ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O processo participativo dos alunos, na discussão do projeto pedagógico, além dos envolvimento dos representantes estudantis junto aos grupos de trabalhos, oficinas e instâncias de deliberação do curso, também vem sendo conduzido, desde 1999, através de uma disciplina específica, inicialmente

destinada a todo o alunado e, posteriormente, aos discentes ingressantes em cada semestre, como forma de integrá-los ao processo de construção, implementação e avaliação do novo currículo, proporcionando-lhes acesso ao debate e ao conhecimento acumulado.

A iniciativa foi fruto de uma preocupação permanente - que acompanhou a fase inicial do processo de construção do Projeto Político-pedagógico na UFPB - em manter um sistema de comunicação gerador de debates e reflexões junto ao conjunto dos discentes. A pretensão foi disseminar e problematizar o significado da Reforma do Ensino Superior e os impactos na formação e no exercício profissionais, bem como divulgar e debater as diretrizes e os conteúdos do Projeto Político-pedagógico do Curso de graduação em Serviço Social. Esse foi o caminho democrático, percorrido por essa Unidade de Ensino, para realizar um processo mais amplo de acompanhamento participativo na implantação e avaliação do referido projeto. A iniciativa adotada foi acrescida de mecanismos de levantamento de indicadores socio-econômicos e das condições subjetivas referentes a saberes acumulados, interesses e expectativas do universo estudantil, os quais ofereceram oportunidade de conhecer o formando, mapeando perfil, motivações e eventuais diferenças e expectativas entre os alunos, segundo o turno do curso (diurno e noturno), origem e inserção de classe.

A proposta foi norteada pela significativa preocupação de como operacionalizar o propósito de atingir a totalidade do alunado, requisitar a sua participação e, sobretudo, garantir que os conteúdos se apresentassem articulados e consistentes, de forma a propiciar a compreensão e o debate. Para isso, a Comissão de Reforma Curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba entendeu que os objetivos seriam mais facilmente atingidos se fossem criadas disciplinas para esse fim, tendo sido ofertadas, com esse propósito, 12 turmas da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social, para inscrição de todos os alunos regularmente matriculados no Curso¹. Os

objetivos previam socializar conhecimentos com o alunado, de modo a qualificá-lo quanto ao processo de Reforma do Ensino Superior e suas implicações para o Serviço Social e quanto aos conteúdos do Projeto Político-pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de elaborar críticas e sugestões ao projeto de formação profissional.

O conteúdo da disciplina foi ministrado de forma intensiva, com exigências de frequência e avaliação², e atendia ao seguinte conteúdo programático:

1. Fundamentos da Reforma Curricular - análise do Estado brasileiro e da Reforma do Ensino Superior; contextualização sócio-histórica da Reforma Curricular no Serviço Social, seu processo de construção e implementação;
2. O Projeto Político-pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFPB - discussão dos temas, justificativa, histórico, objetivos, princípios e diretrizes da formação profissional, competências, habilidades e perfil profissionais;
3. A Nova Lógica Curricular – estudo do sistema de organização das disciplinas em núcleos de Fundamentação.

Todos os professores do Departamento de Serviço Social foram envolvidos nessa atividade, responsabilizando-se pela transmissão dos conteúdos, pelo acompanhamento dos debates, pela aplicação de questionários e pelo tratamento dos dados. O conjunto das informações serviu para realimentar a própria discussão do Projeto Político-pedagógico dessa Unidade de Ensino, na medida em que os resultados eram disponibilizados para o conjunto de alunos, através de oficinas programadas pelo Departamento e pela Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social, garantindo a sua socialização. Os avanços proporcionados ao

¹ As 12 turmas da disciplina Tópicos Especiais foram ofertadas no primeiro semestre do ano 2000.

² Após essa experiência, a disciplina passou a ser regularmente ofertada ao aluno-ingressante.

Projeto e as dificuldades eram avaliados, alimentando o debate coletivo que prossegue na perspectiva de dar andamento à construção curricular.

Inscreveram-se, ainda, nessa disciplina, profissionais e alunos de Pós-graduação, que vinham se debruçando sobre as questões da prática e da formação profissional, adensando o debate e ampliando o escopo dessa experiência.

A avaliação conjunta de professores e alunos, ao final da disciplina, revelou a importância e a riqueza da experiência, que foi também matéria de discussão em outros cursos que compõem o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, do qual o Curso de Serviço Social faz parte. Nesses espaços, foi destacado o caráter inovador dessa proposta.

O resultado da avaliação motivou a continuidade da experiência, tanto em nível do ensino, quanto da pesquisa, como será tratado a seguir.

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PERMANENTE DO CURRÍCULO

A necessidade de avaliar a eficácia da nova proposta curricular, para uma efetiva melhoria da qualidade do processo de formação, impõe a tarefa de manter um sistema de avaliação permanente que, no caso da UFPB, desenvolveu-se a partir da articulação das duas instâncias: ensino e pesquisa.

A continuidade desse processo avaliativo, enquanto atividade da área de ensino, dá-se, agora, como já referido, com a inclusão de uma turma da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social, semestralmente, no quadro de disciplinas do Curso, destinada ao alunado ingressante.

Como atividade de pesquisa, a proposta de avaliação do processo de implantação do Projeto Político-Pedagógico passou a ser assumida pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos de Serviço Social (SEPESS), vinculado ao Departamento de Serviço Social e

ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB.

A pesquisa trata dos desdobramentos da implantação do novo currículo, a partir da compreensão dos sujeitos mais significativamente envolvidos nesse processo, avaliando as condições objetivas e subjetivas nas quais vêm se realizando a sua implementação, os entraves e os resultados em gestação. Assim, além dos discentes ingressantes, foram incorporados como sujeitos dessa investigação os alunos concluintes e os docentes, cotejando-se as suas observações quanto ao desenvolvimento do processo de aprendizado à luz do novo currículo, com o objetivo de averiguar as dificuldades nas condições de encaminhamento do projeto de formação, bem como identificar as tendências ou mudanças já alcançadas.

Assim, o processo de avaliação prossegue, sistematicamente, alcançando, a cada semestre, os alunos recém-chegados e os concluintes. No primeiro caso, mediante apresentação da proposta curricular, através da oferta da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social para o alunado ingressante, e do levantamento das expectativas com relação ao curso e à profissão; no segundo, identificando, junto aos formandos, o grau de aproveitamento, satisfação e segurança para o exercício profissional.

Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo acompanhar a implementação e o desenvolvimento do Projeto Político-pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPB, de modo a verificar avanços e fragilidades no processo de formação do assistente social, contribuindo para as necessárias correções.

A preocupação metodológica fundamental deste estudo tem sido o resgate dos elementos constitutivos do objeto, a partir da construção da sua totalidade, considerando-se as mudanças sócio-políticas e institucionais que, nesse processo, alteram o seu curso e a sua natureza. Para tanto, foi necessário adotar um método de conhecimento que permita a apropriação dos elementos determinantes do seu movimento e de sua dinâmica, de modo

que se identifiquem as possibilidades e os limites presentes na academia.

A pesquisa realiza-se mediante entrevistas individuais orientadas por um questionário específico para cada segmento (alunos iniciantes, concluintes e professores), com perguntas fechadas e abertas. Desse modo, o instrumental tenta dar conta dos diferentes estágios da formação, pois parte do momento de ingresso do aluno e vai até o momento em que ele finaliza a sua trajetória acadêmica, para que sejam investigadas e comparadas as percepções e expectativas desses sujeitos, quanto às condições materiais e cognitivas quando de seus ingressos e os resultados efetivamente alcançados.

Com relação aos alunos-ingressantes (compreendendo sua totalidade em cada semestre letivo), investigam-se as condições de inserção no curso, seu potencial, sua disposição, expectativa, bem como limite e debilidades cognitivas sobre a realidade social, as quais precisam ser superadas. Junto aos alunos concluintes, levantam-se: as representações dos formandos quanto ao seu processo de formação – conhecimento acumulado e níveis de segurança (competência e habilidades profissionais adquiridas) para o exercício profissional, além de sua avaliação sobre o processo didático-pedagógico de ensino e a qualidade dos conteúdos teóricos ministrados.

Junto aos docentes (abrangendo a totalidade dos professores do Departamento de Serviço Social), levantam-se a opinião sobre o projeto curricular, os avanços e as dificuldades materiais e instrumentais – teórica e didático-pedagógica - para implementá-lo e o que observam sobre o comportamento acadêmico dos alunos – disposição, dificuldades, processo de aprendizagem e satisfação.

Quanto aos resultados parciais alcançados, a pesquisa revelou que 51,1% dos alunos entrevistados procedem de escolas privadas, e 48,9%, de escolas públicas, indicando que, embora a maioria venha do ensino privado, é bastante significativo o percentual de alunos oriundos do sistema público de educação.

Por outro lado, verificou-se um amplo interesse pelo Curso de Serviço Social, pois, 88,8% dos alunos pesquisados nele ingressaram através da escolha em primeira opção, a despeito da precariedade do mercado e dos salários. Detectou-se, também, que esses alunos, ao ingressar no curso, têm poucas referências sobre a profissão e apresentam dificuldades na compreensão e elaboração de textos.

Com relação aos discentes concluintes, duas tendências de opinião foram assinaladas: a primeira apresentou uma avaliação positiva quanto aos conteúdos das disciplinas e à literatura adotada, que foram considerados mais atualizados e vinculados ao contexto real do exercício profissional, refletindo as mudanças sócio-políticas no mundo contemporâneo. A relação pedagógica também teve uma avaliação positiva pela grande maioria dos formandos, os quais a destacaram como um dos aspectos de melhoria da qualidade do curso.

A atribuição de uma nova qualidade para a formação apareceu como uma tendência predominante também na afirmação dos formandos, quando revelaram que se sentem seguros para o exercício da profissão. Além disso, prevaleceu o reconhecimento de que a formação constitui um processo contínuo e permanente, considerando-se a capacitação continuada uma necessidade diante da dinâmica das mudanças ocorridas na sociedade.

A segunda tendência, ainda que minoritária, apresentou críticas importantes a serem tomadas em consideração no processo de ajustes e reorientação de aspectos significativos do Projeto Político-pedagógico de formação do assistente social dessa unidade de ensino. Um dos aspectos negativos revelados foi quanto aos conteúdos ministrados no curso, os quais se repetem em disciplinas distintas, e fragmentação e superficialidade em conteúdos de disciplinas seqüenciadas. Foram identificadas, também, dificuldades de natureza didática por parte dos professores no repasse dos conteúdos e no modo de relacionar os processos de mudanças internas da profissão

com as transformações sócio-históricas ocorridas na sociedade.

A despeito dos significativos esforços de reconstrução dos conteúdos, promovidos durante a reforma curricular, ainda foi indicada a existência de disciplinas com ementas antigas, e outras, com conteúdos abrangentes, porém, com pouca clareza.

Também se expressaram, mesmo que como tendência minoritária entre os discentes concluintes, sentimentos de insegurança quanto à capacidade de condução do exercício profissional na perspectiva das diretrizes do projeto ético-político hegemônico.

Com referência à opinião dos docentes, as dificuldades apontadas vão em duas direções. A primeira, de tendência de opinião, reflete sobre os aspectos de ordem subjetiva, inerentes à vontade e à postura político-ideológica, ao saber e à competência teórico-metodológica acumulada pelo corpo docente. A segunda, de caráter objetivo, trata da política e do sistema educativo, sobretudo, das condições dadas pela organização institucional.

Com relação aos aspectos subjetivos, constataram-se alguns pontos preocupantes e reveladores inerentes às dificuldades desse segmento na observância das diretrizes orientadoras do Projeto Político-Pedagógico. Ainda foram reveladas posturas saudosistas da visão tradicional, discordantes do rompimento com essa abordagem metodológica.

Concorrendo para o agravamento desse quadro, destacaram-se opiniões reveladoras da existência de situações especiais, tais como: excessiva repetição e fragmentação de ementas e de conteúdos de disciplinas obrigatórias, em contraponto à redução do número de créditos das disciplinas; pouca disposição para se proceder à avaliação coletiva das ementas e bibliografias das disciplinas, assim como resistência diante da necessidade de revisão, delimitação e redistribuição dos conteúdos dentro dos núcleos de fundamentação, para que se possa problematizar e organizar esses conteúdos dentro de uma lógica que reduza a fragmentação acima observada e lhe dê melhor entendimento.

Também foi apontada como desafio para a execução do projeto curricular a heterogeneidade na formação dos docentes, tanto na perspectiva paradigmática quanto em relação às áreas de conhecimento. Os depoimentos demonstraram que essa diversificação se reflete na proposição dos programas das disciplinas, muitas vezes afastando os conteúdos de interesses mais específicos do Serviço Social. Entende-se que tal preocupação deve ser mais bem dimensionada, visto que a área de abrangência da questão social é muito ampla, exigindo dos docentes e formandos um acúmulo de conhecimentos que transitem por diversas áreas do saber, de modo que a interlocução entre esses diferentes ramos do conhecimento possa oferecer aos assistentes sociais uma maior capacidade para entender os seus variados objetos de intervenção.

É relevante observar que as dificuldades de sistematização de ementas e conteúdos também estão relacionadas, o que debilita a qualidade teórico-metodológica do processo de ensino e de aprendizagem da formação.

Dentro das condições objetivas postas pela instituição e que desafiam a implementação do projeto pedagógico, segundo os docentes, encontram-se aquelas de ordem material - como a falta de recursos financeiros para aquisição de livros e de equipamentos para trabalhar com indivíduos e grupos nas micro-relações - e aquelas de ordem estrutural de funcionamento das instituições.

Ainda com relação às condições estruturais e normativas, foram destacados pelos docentes, como determinantes dos problemas pedagógicos atualmente enfrentados, os critérios de regulação e de organização dos cursos, nos quais foi suprimido o sistema de oferta de disciplinas pautado em pré-requisitos. A supressão de pré-requisitos entre determinadas disciplinas obrigatórias e de conteúdos seqüenciados foi apontada como o aspecto mais negativo porque, se, um lado, essa quebra tornou mais flexível o sistema de créditos adotado na Universidade, facilitando

o fluxo de estudantes, de outro, esse sistema permite ao aluno cursar disciplinas de períodos mais avançados, sem o conhecimento de conteúdos disciplinares anteriores, que lhe serviriam de base referencial.

As avaliações dos docentes também indicam aspectos positivos já alcançados com a implantação do novo currículo, sendo a principal delas a introdução, como recurso teórico, de uma produção bibliográfica contemporânea, trazendo uma perspectiva mais ampla de análise do contexto da sociedade e da questão social.

No que concerne ao comportamento dos alunos, os docentes apontaram algumas debilidades que dificultam o avanço na qualidade do processo de formação, dentre as quais, podem se destacar: a falta de hábito de leitura e de participação nos debates em sala de aula; o desinteresse pelos conteúdos teóricos e a supervalorização da prática como fonte de aprendizado; a passividade diante das exigências do Projeto Político-pedagógico, resultando em uma visão limitada da profissão e indiferente aos acontecimentos políticos e sociais do país e do mundo.

Ainda foi apontada pelos docentes a inexistência de grupos de estudo visando ao aprofundamento teórico. Embora o curso conte, atualmente, com cinco setores de pesquisa, envolvendo professores, alunos de Graduação e de Pós-graduação, além de técnicos, eles são insuficientes para absorver a demanda e promover um avanço mais amplo no debate e na produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS PARCIAIS

Hegemônico na formação dos assistentes sociais, o Projeto Político-pedagógico em execução, na UFPB, enfrenta um conjunto de dificuldades de ordem teórico-metodológica, político-ideológica e didático-pedagógica, que demanda maior atenção da comunidade acadêmica. Ainda que de forma velada, convivem com esse projeto de formação

resquícios de posturas teóricas e procedimentos pedagógicos herdados do projeto tradicional, sem que essas posições se manifestem mais abertamente em um debate plural e democrático.

As recusas ao abandono do tradicional expressam-se como resistência às tarefas de reavaliação permanente e alterações dentro da nova proposta, de modo que sejam criadas as necessárias condições instrumentais e didático-pedagógicas para melhor viabilizar o referido projeto.

Assim, esse conjunto de dificuldades parte tanto das condições objetivas inerentes à estrutura normativa da instituição educacional quanto da postura política e da capacidade teórico-metodológica e operativa do quadro docente, bem como das condições advindas do conjunto dos discentes e demandadas por eles. Isso tudo tem contribuído positiva ou negativamente para os desafios e avanços na consolidação do projeto de formação.

No que diz respeito à instituição de ensino, entende-se que a precarização de suas condições objetivas concorre para a inexistência das bases materiais necessárias à viabilidade do projeto de formação. Com relação ao corpo docente, observa-se que o centro do problema situa-se na necessidade de que o quadro de professores assuma, efetivamente, o Projeto Político-pedagógico como uma responsabilidade central, desempenhando esforços coletivos para a superação dos entraves das relações pedagógicas, garantindo maior qualidade à formação.

Quanto aos discentes, constata-se que as debilidades e a falta de perspectiva profissional, legadas do ensino médio, têm contribuído para uma postura de apatia e imobilismo diante das novas exigências postas ao processo de formação, de modo que as críticas às debilidades do curso não se traduzem em esforços efetivos de participação no debate acadêmico nem no processo de organização e luta pela consolidação efetiva do projeto de formação.

A realização deste estudo significa uma primeira aproximação mais sistemática com a realidade, materializada quando da introdução do novo currículo, em que as manifestações avaliativas dos docentes e discentes já sugerem

pontos importantes para a reflexão sobre esse processo e para a formulação de indicadores de avaliação que concorram para o avanço da proposta de formação profissional.

ABSTRACT

This work discusses the conditions in which the social worker formation project is developed at the UFPB. The project's viability faces the theoretical challenges and social transformations which may affect the quality of the formation process as well as the professional practices. In this research, tension and improvement related to the project's implementation are presented both by professors and students. The results revealed a theoretical progress and a need for continuous qualification. Difficulties in relation to the University's structural conditions and also to the organization of the subjects' syllabuses and their pedagogical and didactic relation are also present in this research. Reading difficulties in identifying the effect of the social changes on the profession and a lack of confidence when these professionals are in practice were also pointed out. These are challenges to the consolidation of the professional formation project.

Keywords:

Formation project. Social worker. Project politicizes pedagogic.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do Projeto Ético Político. Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo: Cortez, 2004. p. 72-81.

ABESS. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. Caderno ABESS, nº 08, São Paulo: Cortez, 1998.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: Caderno ABESS, nº 07. Formação profissional, trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1997.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. Serviço Social e Sociedade, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996. p. 143-171.

BRASIL. Lei n. 2494, que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional, publicada no D.O.U. em 23 de dezembro de 1996.

FERREIRA, Ivanete Sales Boschetti. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. In: Temporalis, nº 08, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 4 (jul/dez. 2004), Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano I, n. 1, Brasília: ABEPSS. jan./jun./2000. p. 35-79.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 01, Brasília, CEAD/CFESS, 1999.